

Gerhard Senft, Viena d'Áustria

Max Stirner e a crítica da economia política

Johann Caspar Schmidt, conhecido entre o povo como Max Stirner, obteve um considerável prestígio como pedagogo, como crítico de cultura, e acima de tudo como filósofo do *Vormärz* alemão. Menos conhecido é, no entanto, que Stirner também foi tradutor e editor de obras importantes na área da economia, actividade na qual ele se evidenciou como conhecedor profundo da literatura sobre as teorias económicas da época em que vivia.

Um ponto de referência essencial de Stirner foi, durante os anos de 1840, o grupo dos *Berliner Freien*, que congregava a insatisfeita e protestativa elite intelectual. O grupo *die Freien* cultivava uma existência boémia e os seus membros distinguiam-se, antes de mais, por uma cultura radical de discussão; o representante da ideia do comércio livre, Julius Faucher, frequentava igualmente os *Berliner Freien*, que se debruçavam não só contra a repressiva situação política da época, mas também sobre novos rudimentos de teorias sociais, assim como abrangiam também movimentos sociais existentes. O movimento dos trabalhadores alemães iria também desempenhar um papel central neste contexto, movimento que deu os seus primeiros fortes sinais de vida com a revolta dos tecedores da Silésia em 1844. Como crítico particularmente radical apresentou-se Max Stirner. Ele considerava que varias formas de dominação de épocas anteriores estavam, na verdade, largamente ultrapassadas no tempo em que ele vivia, mas insistia na necessidade duma luta contra novas formas de dominação, ou seja, contra o sistema social e ideologias dominantes que subjugavam o Eu empírico.

Sobre a recepção da Economia Política

Stirner começou logo no início da década de 1840 a familiarizar-se com a Economia Política. No contexto da Economia Política considera-se que tudo aquilo que é relacionado com a economia assenta em desenvolvimentos sociais e políticos, cada constelação económica aparece como resultado dum processo histórico. Para a Economia Política isto não tem só que ver com a procura de determinados regulamentos jurídicos ou descobertas empíricas, mas também com a formulação de normas objectivas para a política económica. Em Julho de 1842 foi publicado no jornal *Leipziger Allgemeinen Zeitung* um artigo de Stirner, no qual ele discutia o tema do comércio livre. Ele foi prosaico, não tomou de maneira nenhuma partido do juízo exaltado da sua época a favor das ideias do comércio livre, nem tão pouco se deu a conhecer como um opositor completo do proteccionismo (Stirner 1976a). Os desentendimentos entre Friedrich Engels e Karl Marx a propósito de questões económicas só se viriam a instalar mais tarde: em Janeiro de 1844 completou Engels a sua obra „Umriss einer Kritik der Nationalökonomie“ (Engels 1976), entre Abril e Agosto do mesmo ano escreveu Marx a sua obra „Ökonomisch-philosophischen Manuskripte“ (Marx 1981).

Ainda enquanto Stirner trabalhava para acabar a sua obra principal „Der Einzige und sein Eigentum“, intensificou-se o seu desagrado com a Economia Política. Não foi por acaso que na obra de Stirner, que estava completa no verão de 1844, também apareceram temas da área do liberalismo económico. Enquanto nesse ano Stirner começou com a publicação da série „Die Nationalökonomien der Franzosen und Engländer“, já ele tinha adquirido competências essenciais. Em 1845 foi publicado primeiro na editora Otto Wigand em Leipzig a obra de Jean Baptist Say „Cours complet d'économie

politique pratique“ em quatro volumes. Os quatro volumes seguintes foram preenchidos com a obra de Adam Smith „An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations“ (1846/47), a obra de Pierre-Joseph Proudhon „Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère“ foram, por fim, incluídas nos volumes IX e X (1847).¹ Stirner tinha, também, empreendido o trabalho de traduzir as obras de Say e de Smith. Por outro lado, a obra „Contradictions économiques“ escrita por Proudhon foi traduzida por Wilhelm Jordan. A série de livros só possibilitou a Stirner de satisfazer a encomenda duma obra, mesmo assim as obrigações normalmente exigidas pelo um editor seriam mais que claramente satisfeitas por sua parte. A tradução da obra mestre de Smith por Stirner iria valer por mais de meio século como referência (Smith 1910).

Com a publicação da série de obras Stirner iria afirmar-se dentro da língua germânica como um divulgador importante do liberalismo económico. As obras de Smith e Say tinham já anteriormente sido sujeitas a tradução para o alemão, mas a combinação dos três grandes do liberalismo económico franco-inglês abriu novos olhares sobre uma análise pungente e um entendimento teórico das realidades económicas.

Smith, Say e Proudhon

Adam Smith, muitas vezes referido como o fundador do liberalismo económico, tem, na sua primeira obra publicada em 1776, uma visão racional do mundo, na qual ele expressa-se contra superstições e mundividências românticas (Smith

¹ Mackay (1977, 254) e Helms (1966, 526) duvidavam que tivesse sido Stirner a publicar os dois últimos volumes da série. Ambos permitiram abertamente que uma parte do exemplar do livro sem o título da série, ou seja, só com as informações do escritor, fosse publicada no tradutor e editor. Contra a interpretação de Mackay e Helms está o facto de posteriormente também volumes com o título de série terem sido postos em circulação onde Stirner foi citado como editor pelo editor das *Epigonen*. (Wigand, Otto (1848): *Epigonen*, 5 Volume, Editora Otto Wigand Leipzig, citado em: Helms 1966, 526).

1910 Volume 2, 224). O seu „sistema simples da liberdade natural“ entende-se tanto como um esboço contra a visão pré-moderna duma „ordem divina“ (Smith 1910 Volume 2, 69), no qual na ordem proposta por Smith não há nenhum privilégio feudal, nenhum favor no sentido de uma entidade corporativa e nenhuma limitação, da forma como tinha sido imposta no comércio externo a política económica do mercantilismo (Smith 1910 Volume 1, 76, Volume 2, 27 e seguintes). Assim, apareceu Smith como um representante do comércio e das profissões livres. Central no seu pensamento estava o trabalho como factor de produção, que para ele era uma prova da „riqueza das Nações“ (Smith 1910 Volume 2, 154). Com isto, o filósofo moral escocês não só se evidenciou como um apologista do ensino moderno do valor do trabalho, como também acentuou no mesmo contexto o efeito produtivo da especialização industrial (Smith 1910 Volume 1, 3). Smith não deixou dúvidas quanto às vantagens da propriedade privada, mas ao mesmo tempo também pôs em evidência alguns problemas existentes em relação a mesma. Particularmente, reconheceu Smith na propriedade da terra uma fonte de exploração. „Por toda a parte, onde há muita riqueza“, referiu Smith numa peroração, „também há uma grande desigualdade.“ (Smith 1910 Volume 2, 172). Para Adam Smith a super-abundância e a pobreza convivem em conjunto, e ele lamentava a „sede de possuir dos ricos“ e discutia o tema do peso desigual entre propriedade empresarial e trabalhadores no que diz respeito às suas possibilidades para construir relações económicas (Smith Volume 1, 83, Volume 2, 172).

A obra de Jean Baptiste Say „Cours complet d'économie politique pratique“, que foi publicada pela primeira vez no fim da década de 1820, representou também um marco importante na história da teoria. A tradução inglesa da obra tornar-se ia no século XIX na obra de curso de economia mais importante nos Estados Unidos da América, pelo menos até à eclosão da Guerra Civil. Como

homem de negócios envolvido na vida económica, ao contrário de Smith que era um erudito universitário, aparecia Say em alguns pontos em contradição relativamente a Smith, coisa que também se traduzia na forma que era mais incisiva (e muito mais motivada por interesses). Os ensinamentos de Smith sobre o valor do trabalho não foram acolhidos e prosseguidos por Say, pelo contrário, ele mostrou-se logo como um preponente e precursor do ensino do valor subjectivo (Say, 1845 Volume 1, 111), que no fim do século XIX iria encontrar acolhimento e se iria propagar. A propriedade privada aparecia no seu conjunto e dessa forma a Say como sendo digna de protecção, de tal forma que é intencionalmente que ele aceita os efeitos negativos da propriedade (Say 1845 Volume 1, 215, 272, 292, Volume 2, 221, 232). No que diz respeito à formação de sindicatos de trabalhadores, Say representava uma corrente restritiva (Say 1845 Volume 3, 69).

Completamente diferentes são as apreciações feitas pelos dois economistas Smith e Say relativamente às teses de Bernard Mandeville. No ano de 1714 publicou Mandeville a primeira versão de „The Fable of the Bees: or Private Vices Publick Benefits“ na qual realçou os usos sociais do consumo vicioso. Aí está a descrição dele da „Colmeia“ na qual conviviam numa sociedade dividida uns pobres trabalhadores sofrendo privações e uns ricos consumidores vorazes exploradores. Uma forma de revolução cultural que traria os ricos de volta para a „Rota da virtude“, apresentava-se, de acordo com Mandeville, nesta senda e para o conjunto da sociedade, como fatídico. As pretensões afundadas permitem que a produção se vá abaixo, com a consequência dum empobrecimento generalizado (Mandeville 1998). Adam Smith critica na sua obra „The Theory of Moral Sentiments“ o sistema de Mandeville nas suas „Tendencias ... (como) completamente e totalmente pernicioso“ (Adam Smith citado em Schneider 2001, 114). Ele parte do princípio de que a acumulação de capital e aumento da riqueza da sociedade só se pode realizar com base no

trabalho e na poupança, e não tinha para com actividades especulativas ou comportamentos socialmente insensíveis qualquer tipo de consideração. No entanto, completamente ao contrário, posicionava-se Say em relação a Mandeville (Say 1845, Volume 1, 204), essencialmente menos constrangido por escrúpulos.

Quando em 1846 Pierre-Joseph Proudhon publicava a sua obra „Contradictions économiques“, já ele tinha granjeado para si próprio um nome enquanto crítico de Economia Política Clássica (Proudhon 1998). A obra de Proudhon tratava dos sinais característicos de sociedades produtoras de bens de consumo, onde no centro das suas considerações estava o momento do desenvolvimento. A crítica de Proudhon colhe das teses de Thomas Robert Malthus que era notório por achar que a „mesa da natureza“ não estava posta para o conjunto da humanidade, e que partindo desta interpretação pessimista prognosticava escassez alimentar e fome (Malthus 1977, Proudhon 2003, 68). Por outro lado, Proudhon entendia que estava na ordem do dia uma nova ordem social que alargaria as possibilidades de produção e distribuição, de forma que não só o princípio da liberdade, mas também o da igualdade e solidariedade na sociedade, pudessem ser consolidados (Proudhon 2003, 516). Com a hesitação em criar monopólios nos sectores produtivos, com um alargamento das margens de crédito ficou a questão da partilha desarmada (Proudhon 2003, 519). As visões tradicionais de Ordem não podiam ter em relação a isso qualquer tipo de inibição, e o socialista francês elogiou expressamente neste contexto a crítica de Adam Smith à propriedade fundiária (Proudhon 2003, 566).

Acima de tudo, desagradava a Proudhon a consideração pouco diferenciada que Say fazia do mercado de trabalho. O comportamento complexo do mercado de trabalho não é de maneira nenhuma comparável com aquele dos bens de consumo, como é notório em Say (Proudhon 2003, 88). Aí, onde um exército de

reserva industrial tem proporcionalmente uma fraca procura pelo factor de trabalho está obrigatoriamente uma troca desigual, e há, portanto, um nível remuneratório mais baixo (Proudhon 2003, 67). Proudhon identificou ainda outras máculas invisíveis da Economia Política – ele examinou, por exemplo, o contributo da racionalização técnica para o alargamento do desemprego (Proudhon 2003, 133), e também considerava que havia uma relação directa entre uma ordem competitiva imperfeita e a construção de monopólios (Proudhon 2003, 159). Este socialista libertário escreveu persistentemente e com veemência contra a construção de monopólios. Por outro lado, também lhe era claro que o socialismo da época dele tinha que ser feito através duma inclusão mais forte da Economia Política de forma a estar mais próximo da realidade.

Com a apresentação de conteúdo das obras de Say, Smith e Proudhon torna-se mais inteligível a série publicada sob a edição de Stirner, que à primeira vista poderá, porventura, parecer pouco comum. Poder-se à concluir, que com base no manual de ensino de Jean Baptiste Say (1845), deveriam ser a seguir explicadas as doutrinas da economia contemporânea. A seguir é posta em contraste a visão com base no exposto pelo filósofo moral Adam Smith (1846/47), o qual, comparado com Say, representa ainda uma outra, e essencialmente mais branda variante do liberalismo económico. Uma visão redonda é dada, finalmente, pela junção da crítica contemporânea à Economia Política, como é o caso com Pierre-Joseph Proudhon (1847).

Elementos da Economia Clássica nas obras de Stirner

Existem vários indícios de que o desencanto do pensamento de Stirner com a Economia Política Clássica deixou marcas não desprezíveis.

- Assim desempenhava um papel importante para Stirner – ancorado no seu âmago aos Clássicos – o momento orientado pelo desenvolvimento. Não só a primeira parte da sua obra principal tem que ver essencialmente com a diferenciação histórica de épocas sucessivas, mas além disso também com a temática do fim da ordem feudal através da industrialização, onde ele já para além do estado moderno tecia considerações (EE 21 e seguintes.).
- A abordagem do pensamento de Stirner é, de mais a mais, indiscutivelmente orientada para a produção. O processo produtivo é para ele a questão central, onde a produção é, por assim dizer, o pressuposto para o consumo. No ordenamento dos sectores individuais da economia aparecem claramente os negócios e o comércio por detrás da produção (Stirner 1976c, 335).
- Já em antecipação fazia Stirner a distinção entre entradas de macro- (conjunto de condições económicas) e de microeconomia (teorias de economia doméstica) no âmbito das formas de explicação das teorias económicas. Ele considerava ambas, em princípio, justificadas, no entanto também via claramente os limites das mesmas: enquanto as considerações macroeconómicas escorregavam para a abstracção, as considerações microeconómicas, pelas suas semelhanças com a realidade económica, só retratavam uma parte da verdade (Stirner 1976b, 317 e seguinte).

Stirner não seria no entanto Stirner, não tivesse ele submetido a „Santificação“ da Economia Política a uma crítica tão radical. Assim examinou ele por baixo de lupa o conceito de propriedade, que era um ícone da economia burguesa. Ele considerava a propriedade privada como insustentável, pelo que o proprietário burguês enquanto „perdedor de propriedade“ tem de aparecer

consequentemente como um „Excluído por toda a parte“. „Excepto no caso em que o mundo lhe pudesse pertencer“, ajuizou Stirner, „não lhe pertence nem uma vez, o miserável ponto sobre o qual ele gira.“ (EE 196). Ao contrário de Proudhon, que reconheceu (implicitamente) a propriedade, e que ele estigmatizou como „Roubo“, propõe Stirner simplesmente retirar a propriedade da protecção jurídica prevista pela ordem pública: „Aquilo, de que *todos querem ter parte*, será retirado a aquele único, que o quer só para si, e será transformado num *bem público*. ... [p. e.] Quando nós já não deixamos que os proprietários fundiários tenham a terra, mas queremos apropriar-nos dela, juntamo-nos a este propósito, fazemos uma união, uma *sociedade*, que *se* torna proprietária. ... E como com a terra, também podemos espoliá-los de muitos outros pertences, para torná-los a nossa propriedade, a propriedade dos - *conquistadores*.“ (EE 196 e seguinte.).

Em Stirner, à semelhança da crítica formulada por Adam Smith, o direito de dispor de terras teve um desenvolvimento posterior. Stirner via claramente que através da propriedade eram provocadas quedas de poder dentro da sociedade, onde ele diferenciava entre propriedade socialmente relevante e irrelevante e chegou, com isso, a uma abordagem prematura da teoria do valor acrescentado: „Sob o regime da propriedade burguesa caem os trabalhadores em vez dos proprietários, ..., entre as mãos dos capitalistas. O trabalhador não pode *valorizar* o seu trabalho pela bitola do valor que este tem para o consumidor.“(EE 95).² De maneira nenhuma está Stirner, no entanto, inclinado a considerar que os trabalhadores têm unicamente um papel de vítima. Ele afirma: „Os trabalhadores têm um poder gigantesco entre as mãos, e quando e

² As seguintes considerações básicas tecidas por Adam Smith demonstram-se retrospectivamente determinantes em relação à construção de Stirner da sua teoria da exploração. Primeiro: Smith considera o trabalho dos produtores iminentes não só como uma forma especial de propriedade, mas também como a base de „toda a restante propriedade“ (Smith 1910 Band 2, 71). Segundo: No sistema económico moderno não cabe na sua totalidade à pessoa produtora o resultado produzido pela produção do factor de trabalho, já que há que ter em conta também os descontos correspondentes ao preço da terra e rendimentos de capitais (Smith 1910 Volume 2, 28).

se eles decidirem exercer o seu direito, não lhes resistirá nada ...” (EE 96). Neste contexto mostra-se Stirner como um apoiante incondicional das coligações de trabalhadores i.e. dos sindicatos de trabalhadores³ (EE 213 e seguinte.). Também em relação aos elogios feitos às relações de mercado e ao princípio de concorrência, posiciona-se Stirner com grande distanciamento. „A concorrência livre não é livre“, diz Stirner, convencido, „já que para mim não existe a *questão* concorrencial.“ (EE 206 e seguinte). Um encontro olhos nos olhos entre os agentes da economia tornou-se impossível por causa da interposição de casos herdados e protegidos por lei. No lugar duma economia concorrencial deveria estar uma economia cooperativa (EE 217).

Apontamentos sobre os efeitos históricos das teses economicamente relevantes de Stirner

Na literatura relacionada com os temas relevantes aparece por acaso a indicação duma ligação de Stirner com a escola alemã de comércio livre (Mackay 1977, 69 e seguintes; Helms 1966, 306 e seguinte; Lichtschlag 2003, 11-14). A ideia de comércio livre – após o caso das Corn Laws na Grã-Bretanha em 1846 e o respectivo efeito de redução de custos de vida – tinha-se tornado até meados do século muito popular por toda a Europa. Na Alemanha, entre outros em conjunto com os *Berliner Freien*, defendia o já mencionado Julius Faucher a aplicação do princípio do comércio livre. Juntamente com Heinrich Beta e John Prince-Smith entre outros, fundou Faucher em 1846 a União Alemã pelo Comércio Livre, e trabalhou para além do mais como secretário do liberal de Manchester, Richard Cobden, e em 1860 foi também presidente da Sociedade Berlinense para a Política Económica. O trabalho em conjunto de Stirner e

³ O filósofo e sociólogo austríaco Max Adler vê no „Einzigem“ um retrato do proletariado, que reconhecendo os seus interesses „egoístas“, começa a defender-se contra as exortações e esquemas de normas da sociedade capitalista burguesa. De acordo com a avaliação de Adler, Stirner vale não só como filósofo, mas também como sociólogo (Adler 1992).

Faucher no âmbito dos *Berliner Freien* permanece até hoje o único elemento conhecido que poderá indicar uma relação entre Stirner e a escola alemã de comércio livre. Uma verdadeira atitude de maior aproximação parece no entanto de excluir, já que considerados pelas suas expectativas deveriam os apologistas do comércio livre de meados do século parecer como uns obcecados por „fantasmas e fé cega“. A visão do mundo deles não contemplava os vários níveis diferentes de desenvolvimento das economias nacionais em competição, e os seus ensinamentos de comércio livre eram considerados como sendo idealizações. De facto, a era do comércio livre no século XIX durou relativamente pouco. Durante a crise económica que se seguiu ao afundamento da bolsa de Viena em 1873 as ideias de comércio livre perderam pelo o mundo fora e durante muito tempo o seu interesse.

Substancialmente mais férteis pareciam as considerações adoptadas por Stirner no campo do liberalismo social. O liberalismo social aceitava a ordem de mercado como sendo uma casa, por assim dizer, que era imutável nos seus alicerces. Ao mesmo tempo e por outro lado, devia-se derivar uma influência da forma da arquitectura interior, de maneira a que se rompesse com estruturas tornadas obsoletas e se criassem „novos espaços“. ⁴ Concretamente, deveriam as

⁴ John Stuart Mill fazia parte dos representantes mais importantes do liberalismo social. Não mais do que um século depois de Adam Smith empreendeu Mill de fazer uma adaptação da Economia Política Clássica no sentido dum liberalismo social próprio (Mill 1948). No final duma teoria da evolução dos progressos sociais via Mill que dentro da sociedade havia um aumento constante de interdependências recíprocas que representavam uma tendência crescente na direcção do cooperativismo. Ele está convencido que a preocupação com a manutenção e a consolidação do sistema de cooperação aumenta a disponibilidade dos agentes decisivos. O Leitmotiv de Mill está cheio de afirmações de justiça remunerativa e de justiça comutativa onde uma correcção posterior resultando do equilíbrio de mercado não é de excluir. No âmbito dos seus desentendimentos teóricos com a economia desenvolve Mill a propensão para por em causa o rigor de leis económicas, coisa que se depreende da sua receptividade perante os sindicatos, e que com isso demonstra um desprendimento para com as antigas teorias clássicas de remuneração. As propostas de Mill visavam a fundamentação de cooperativas através de sindicatos de trabalhadores, e assim também era ele por uma oferta pública de oportunidades de formação mais

alterações feitas ao direito de propriedade da terra, intervenções nos sistemas monetários ou inovações na área da segurança social (palavra-chave: rendimento mínimo), equilibrar os defeitos duma economia de mercado capitalista. Um dos representantes principais do liberalismo social alemão, Franz Oppenheimer, menciona Stirner várias vezes no seu sistema sociológico – por vezes crítico, outras vezes benevolente (Oppenheimer 1922a Volume 1, 90, 302, 540, 694, Volume 2, 34, 113, 236 e seguinte, 719, 802). Ressalva-se a circunstância de que onde Stirner tratou da problemática da posse da terra, Oppenheimer leva a uma solução. Com o programa da cooperativa de habitação ele desenvolveu um conceito próximo da prática para vencer o comportamento tido como típico dos sistemas capitalistas (Oppenheimer 1922b). Existe também uma certa relação entre Stirner e Oppenheimer a propósito das suas propostas para uma organização autónoma da sociedade. Ambos consideram as hierarquias criadas pelo Estado como inoportunas, ambos acham o *livre arbitrio* um elemento central da vida humana em comum, o qual deve ser garantido, de acordo com Stirner, pelas sociedades e associações (uniões), e de acordo com Oppenheimer através da dita cidadania livre (Oppenheimer 1990, 131).

Dentro do espectro do liberalismo social os propósitos de Stirner também deram um impulso ao sistema monetário. Na sua obra mestre Stirner descreve não só a função do dinheiro como um meio de dominação - „Há uma propriedade herdada pegada a cunhos antigos“ (EE 216) -, mas sugere para além do mais que se retire a confiança à ordem monetária existente, e com isso a sua razão de ser: „Não vos deixais mais pagar com isso [a moeda tradicional, S.M.], assim ela está arruinada, ... assim ela perde todo o poder.“ (EE 216). Insatisfeito, Stirner defendeu a criação duma „moeda nova“ (EE 216). Com isto

elevada, e daí induzir uma maior igualdade de oportunidades (Hauer 1991, 224 e seguintes, 265 e seguintes).

ele fez a relação com as ideias de emissão autónoma de moeda, as quais já Jean-Baptiste Say tinha esboçado no seu „Cours complet”: „Todo o homem privado pode subscrever uma nota corrente e entregá-la como pagamento para um bem quando o vendedor a aceita em vez de dinheiro. Este vendedor pode, por sua vez, quando ele compra um outro bem, dar a nota como forma de pagamento. O segundo comprador pode, com o mesmo propósito, dar a mesma nota a um terceiro. E assim circula uma nota passada: ela serve aquele que quer vender, ela serve aqueloutro que quer comprar, ela desempenha o serviço duma quantidade de moeda .” (Say 1845 Volume 2, 163).

O conceito de emissão autónoma de dinheiro caiu mais do que noutra sítio em terreno fértil nos Estados Unidos da América, após duas tentativas de erigir um banco central (1791 e 1817) terem fracassado. Nenhuma das duas instituições tiveram o efeito estabilizador que era esperado que tivessem sobre à vida económica, de tal forma que a função de emissão de moeda seria de cada vez mais aproveitada por uma série diversa de bancos regionais. Ser dono dum banco e emitir moeda, tornar-se ía nos Estados Unidos da América quase numa espécie de direito fundamental. Até ao princípio do século XX só os pequenos bancos é que deviam pôr e dispor, com o resultado admirável de que em vésperas da Guerra Civil Americana havia 7.000 à 9.000 espécies diferentes de notas bancárias em circulação, emitidas por cerca de 1.500 institutos monetários (Galbraith 1978, 197 e seguinte.). A seguir à Guerra da Secessão seriam tomadas novamente iniciativas no sentido de unificar o sistema monetário, mas mesmo assim só foi finalmente fundado um banco central pouco antes do princípio da Primeira Guerra Mundial. O anarquista americano Benjamin R. Tucker (Tucker 1976, 17), que contribui essencialmente para tornar o „Einzigem“ conhecido nos Estados Unidos da América, elogiou as formas de emissão de moeda postas em prática no século XIX nos Estados Unidos da América: „A colocação em circulação de moeda tem de ser tão livre quanto a produção de sapatos.“

(Benjamin R. Tucker citado em Eltzbacher 1977, 185). Na verdade faltava às actividades de emissão de moeda um retoque final de fundamento teórico, embora pareça que o efeito dinamizador tenha, na prática, sido enorme. Logo no final do século XIX, os EUA apareciam como a nova potência e líder económico.

A „colocação em circulação de moeda nova” constituía também uma das ideias centrais no âmbito da Economia Livre (Gesell 1949) fundada por Sílvio Gesell, a qual também é de relevo no espectro do liberalismo social⁵ (Ramus 2000, 97). A sua aproximação teórica ao essencial do sistema monetário no contexto do capitalismo moderno levou Gesell a reconhecer que o dinheiro não tinha tão só as funções dum meio de câmbio no qual residiam as unidades comuns de medida e os meios de conservação de valor, mas que a moeda era também responsável por diferenças de poder nas trocas económicas. Cada pessoa profissionalmente activa está sob obrigação de oferecer os seus serviços no mercado, nenhum profissional pode guardar as suas existências muito tempo sem sofrer perdas, só o proprietário ou representante do capital monetário tem um meio independente à sua disposição, o qual, de acordo com as necessidades, pode ser resgatado ou posto em uso. Erich Kästner levou no seu „Hino aos banqueiros” as circunstâncias ao limite: „Das Geld wird flüssig. Das Geld wird knapp. Sie machen das ganz nach Bedarf. Und schneiden den andern die Hälse ab. Papier ist manchmal scharf ...”⁶ (Kästner 1946, 213).

O que é que, no entanto, se passa concretamente, de acordo com Gesell, nos acontecimentos económicos? O dinheiro, que é retirado do círculo económico, entenda-se, restrições no aparelho creditício, tornam o conjunto da vida

⁵ Sobre as convergências e divergências entre Stirner e Gesell ver Senft 1990, 39 e seguinte, 59 e seguinte, 64 e seguinte. De ressaltar é mais do que tudo no dado contexto a ideia de „União” formulada por Stirner, que com o movimento de economia livre como iniciativa civil de teoria monetária incitado por Gesell teve um cunho verdadeiro.

⁶ „O dinheiro torna-se corrente. O dinheiro torna-se escasso. Eles fazem-no inteiramente por necessidade. E aos outros cortam-lhes o pescoço. O papel é muitas vezes aguçado...” (Kästner 1946, 213).

económica mais propensas a crises, os investimentos permanecem baixos, o consumo fica adiado. Além disso há que registar uma distribuição módica de resultados sérios, quando a escassez verificada do capital monetário a „mais-valia monetária“, i.e. a taxa de juro sobe. Gesell propõe uma reforma do sistema monetário, a instituição de dinheiro livre, por assim dizer: Uma nova unidade monetária, que renuncia a toda a cobertura por metais nobres, deve perder regularmente uma parte determinada do seu valor facial, para que a posição de superioridade da moeda na economia seja quebrada. A circulação forçada provocada pela „perda de dinheiro“ ajuda, de acordo com Gesell, a assegurar a estabilidade económica, a promover a formação de capital real, e finalmente, a neutralizar a „mais-valia monetária“ (Gesell 1949, 235 e seguintes).

Com o desenvolvimento de moedas complementares sobreviveu a ideia anterior de Say para além de Stirner, de Tucker até Gesell, da liberdade monetária até hoje, tendo agora um eco surpreendente (Bartussek 2007). É de esperar que os sistemas monetários regionais por causa da crise financeira actual venham a experimentar estímulos adicionais. Moedas complementares são não só apropriadas para contrariar com dinheiro uma economia em penúria, como garantem também no âmbito local uma maior definição individual em muitos sectores. Por último, mas não de menor importância, as moedas complementares fazem parte dum valioso material intuitivo, que demonstra os conhecimentos surpreendentes que o olhar da história económica pode ter escondido dentro de si.

Bibliografia

Adler, Max (1992): Max Stirner und der moderne Sozialismus (1906). Edition Wilde Mischung Band 2. Monte Verita, Wien.

Bartussek, Ruth (2007): „Die Alchemie des Geldes“ – ein Ausflug in die Welt der Komplementärwährungen, in: Senft, Gerhard: Zwischen Zeiten und

Unzeiten. Gedenkschrift für Ludwig Stadelmann 1917-2004. edition unica, Leipzig, 191-201.

Eltzbacher, Paul (1977): Der Anarchismus (1895). Libertad, Berlin.

Engels, Friedrich (1976): Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie (1844),

in: Marx, Karl und, Friedrich Engels – Werke Band 1. Dietz, Berlin (Ost), 499-

524.

Galbraith, John Kenneth (1978): Die Tyrannei der Umstände. Ursachen und Folgen unseres Zeitalters der Unsicherheit. Scherz, Bern und München.

Gesell, Silvio (1949): Die Natürliche Wirtschaftsordnung (1916). Rudolf Zitzmann, Lauf bei Nürnberg.

Hauer, Peter (1991): Leitbilder der Gerechtigkeit in den marktwirtschaftlichen Konzeptionen von Adam Smith, John Stuart Mill und Alfred Müller-Armack. Europäische Hochschulschriften Reihe 5, Volks- und Betriebswirtschaft 1208 Frankfurt/M, Bern, New York und Paris.

Helms, Hans G. (1966): Die Ideologie der anonymen Gesellschaft. Max Stirners „Einziges“ und der Fortschritt des demokratischen Selbstbewußtseins vom Vormärz bis zur Bundesrepublik. DuMont Schauberg, Köln.

Hentschel, Volker (1975): Die deutschen Freihändler und der volkswirtschaftliche Kongress 1858 bis 1885. Ernst Klett, Stuttgart.

Kästner, Erich (1946): Hymnus auf die Bankiers, in: Kästner, Erich: Bei Durchsicht meiner Bücher. Atrium, Zürich, 213.

Lichtschlag, André F. (2003): Stirner und der Anarcho-Kapitalismus, in: Der Einzige. Vierteljahresschrift des Max-Stirner-Archivs, Nr. 2 (22), hrsg. von Kurt W. Fleming. Leipzig, 3. Mai 2003 [159 n. St. E.], 11-14.

Mackay, John Henry (1977): Max Stirner: sein Leben und sein Werk (1897). Reprint der 3. Auflage. Mackay-Gesellschaft, Freiburg/Br.

Malthus, Thomas Robert (1977): Das Bevölkerungsgesetz (1798). Deutscher Taschenbuch Verlag, München 1977.

Mandeville, Bernard (1998): Die Bienenfabel (1714), Suhrkamp Verlag

Frankfurt/M

Marx, Karl (1968): Ökonomisch-philosophische Manuskripte (1844), in: Marx, Karl und Friedrich Engels, Werke, Ergänzungsband, 1. Teil. Dietz, Berlin (Ost), 465-588.

Mill, John Stuart (1948): Über die Freiheit (1859). Freiheit, Heidelberg.

Oppenheimer, Franz (1922a): System der Soziologie, Band 1 und 2. Gustav Fischer, Jena.

Oppenheimer, Franz (1922b): Die Siedlungsgenossenschaft. Versuch einer positiven Überwindung des Kommunismus durch Lösung des Genossenschaftsproblems und der Agrarfrage. G. Fischer, Jena.

Oppenheimer, Franz (1990): Der Staat. Eine soziologische Studie (1907), Archiv für Sozial- und Kulturgeschichte Band 2. Libertad, Berlin.

Proudhon, Pierre-Joseph (1998): Was ist das Eigentum? Erste Denkschrift (1840), Wien.

Proudhon, Pierre-Joseph (2003): System der ökonomischen Widersprüche oder: Philosophie des Elends (1846), hrsg. von Lutz Roemheld und Gerhard Senft. Karin Kramer, Berlin.

Ramus, Pierre (2000): Erkenntnis und Befreiung. Konturen einer libertären Sozialverfassung. Monte Verita, Wien.

Say, Jean Baptiste (1845/46): Ausführliches Lehrbuch der praktischen Politischen Ökonomie (1828/30), Die Nationalökonomien der Franzosen und Engländer, hrsg. von Max Stirner, 1.-4. Band. Otto Wigand, Leipzig.

Schneider, Peter (2001): Die Macht des Neides. Gesellschaftstheorie und Anthropologie bei Smith, Mandeville, Rousseau und Freud, in: Kursbuch Nr. 143, 111-122.

Senft, Gerhard (1990): Weder Kapitalismus noch Kommunismus. Silvio Gesell und das libertäre Modell der Freiwirtschaft, Archiv für Sozial- und Kulturgeschichte Band 3. Libertad, Berlin.

Smith, Adam (1910): Der Reichtum der Nationen, nach der Übersetzung von Max Stirner, herausgegeben von Heinrich Schmidt, 2 Bände. Alfred Kröner, Leipzig.

Stirner, Max (2004): O único e a sua propriedade. Tradução João Barrento e posfácio de José A. Bragança de Miranda. Antígona, Lisboa.

Stirner, Max (2009): Der Einzige und sein Eigentum. Ausführlich kommentierte Studienausgabe, hrsg. von Bernd Kast. Karl Alber, Freiburg/München.

Stirner, Max (1976a): Preußen, in: Leipziger Allgemeine Zeitung, Nr. 173 22. Juni 1842, wieder abgedruckt in: Stirner, Max: Kleinere Schriften und seine Entgegnungen auf die Kritik seines Werkes „Der Einzige und sein Eigentum“, Faksimile-Neudruck der 2. Auflage Berlin 1914, hrsg. von John Henry Mackay. frommann-holzboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 122-125.

Stirner, Max (1976b): Der Kindersegen, in: Journal des oesterreichischen Lloyd, 22. Juli 1848, wieder abgedruckt in: Stirner, Max: Kleinere Schriften und seine Entgegnungen auf die Kritik seines Werkes „Der Einzige und sein Eigentum“, Faksimile-Neudruck der 2. Auflage Berlin 1914, hrsg. von John Henry Mackay. frommann-holzboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 309-318.

Stirner, Max (1976c): Bazar, in: Journal des oesterreichischen Lloyd, 24. September 1848, wieder abgedruckt in: Stirner, Max: Kleinere Schriften und seine Entgegnungen auf die Kritik seines Werkes „Der Einzige und sein Eigentum“, Faksimile-Neudruck der 2. Auflage Berlin 1914, hrsg. von John Henry Mackay. frommann-holzboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 333-336

Tucker, Benjamin R. (1976): Staatssozialismus und Anarchismus (1888). Mackay-Gesellschaft, Freiburg/Br.